

Educação continuada deve ser política de Estado

je
Jornal do
Engenheiro

Beatriz Arruda

Em debate a instituição de um programa nacional de qualificação permanente para a mão de obra de nível superior. Proposta é defendida em campanha pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

MBA ministrado nas dependências do SEESP em 2011.

Página 5

PROTEGER OS SALÁRIOS DA MORDIDA DO LEÃO

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

JÁ SE TORNOU BANDEIRA histórica do movimento sindical a luta por um sistema tributário mais justo, que pese menos sobre quem produz e trabalha. Batalha constante tem sido aquela pelo reajuste das alíquotas do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física), que, pesando excessivamente sobre os salários, acaba por reduzir as conquistas e ganhos dos trabalhadores.

Um passo importante para proteger a renda do empregado da mordida violenta do leão foi dado no dia 14 de março último, quando o movimento sindical conseguiu que o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), relator da Medida Provisória 556, concordasse com a inclusão das emendas que isentam os trabalhadores da iniciativa privada do pagamento de IR sobre PLR (participação nos lucros e resultados), abonos e adicional de 1/3 das férias (*leia nota na página 8*).

De autoria dos deputados Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Vicentinho (PT-SP), as emendas visam introduzir critérios de justiça na incidência do IR. Segundo o parlamentar petista, estudo divulgado pela Secretaria da Receita Federal em 2009 aponta que quase metade da arrecadação foi obtida dos tributos incidentes sobre bens e serviços – usualmente repassados aos consumidores – e um quarto do montante se originou de folha de pagamentos. O IRPF respondeu por mais 7% do total. Tal distribuição demonstra o grande peso sobre os assala-



riados, que teriam relativo alívio fiscal com as mudanças propostas na lei.

Paulinho, por sua vez, destaca ainda o impacto positivo que a isenção sobre a PLR pode ter para a produtividade das empresas. O pedetista chama atenção também para o absurdo de se cobrar IR sobre o abono previsto no art. 9º da Lei 7.998 (referente ao PIS/Pasep). “A clientela do benefício é de forma inquestionável hipossuficiente, porque se exige uma remuneração média no máximo correspondente a dois salários mínimos. Exigir que tal destinatário pague tributo corresponde a agir como o lendário Robin Hood, mas às

avessas, isto é, tirando dos pobres para enriquecer os mais afortunados”, pondera na justificativa da emenda proposta.

Garantida essa conquista – que precisa se confirmar na votação da MP –, deve-se manter o esforço estratégico por uma reforma tributária que leve em conta não só a eficiência econômica e as necessidades de financiamento do Estado, mas também a urgente demanda por distribuição de renda no Brasil. É preciso que os que têm menos, contingente formado pela massa assalariada inclusive de classe média, deixem de arcar com o peso maior e que os mais abonados passem a contribuir de forma mais significativa.

Passo importante foi dado junto ao Congresso para que o trabalhador deixe de pagar IR sobre participação nos lucros e resultados, abonos e adicional de férias.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de março de 2012. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!
(11) 9173-0651
(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

O boom das casas-bonsai

Di Stefano Mariano

NO DIA 27 de fevereiro último, o *Corriere della Sera*, jornal de grande penetração na Itália, publicou um artigo sobre a comercialização de apartamentos de cinco a dez metros quadrados, na cidade de Roma.

Em princípio, parecia uma brincadeira para nós, brasileiros, se lembrarmos que no programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, a área total do imóvel, sem considerar as paredes, deve ser de 36 metros quadrados, com valor de venda de R\$ 65 mil.

Continuando a pesquisa, verifiquei que na Itália esse tipo de construção está se multiplicando em progressão geométrica, com um já existente *boom* das “casas-bonsai”. Não resta dúvida de que a crise por moradia, juntamente com a questão financeira, é o fator gerador dessa novidade. Os preços variam dependendo da distância do centro da cidade.

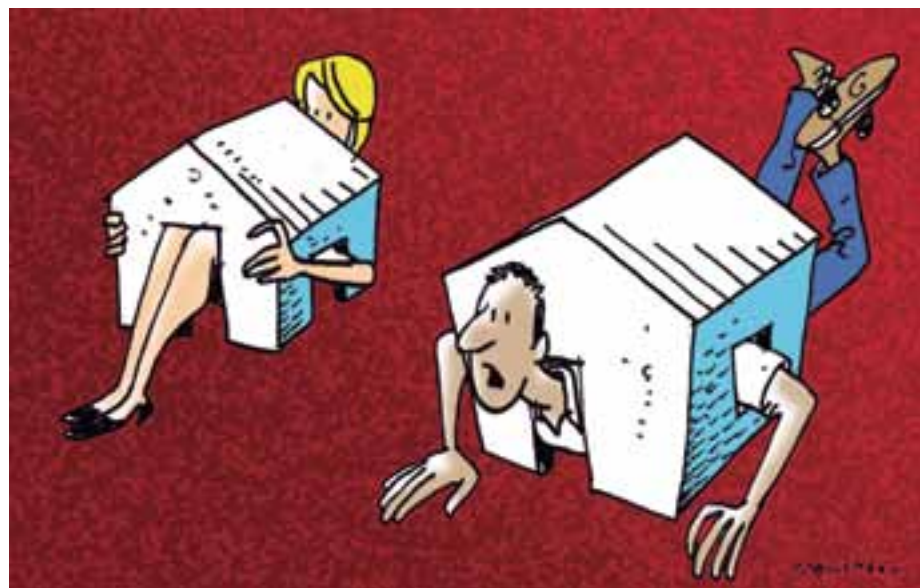
Um apartamento de quatro metros quadrados, localizado na zona Parioli, foi vendido pelo equivalente a R\$ 90 mil. Um outro de dez metros quadrados, com banheiro e TV, distante do centro de Roma, é oferecido por R\$ 168 mil. Na Praça de Espanha, em Roma, pode-se achar um apartamento monolocal, como são chamados aqueles de somente um cômodo, por R\$ 230 mil. Na zona de Cássia, encontra-se imóvel por R\$ 75 mil.

Além das dimensões reduzidas, boa parte dos apartamentos não tem janela, possuindo dois tubos de 20 centímetros para renovação do ar.

Apartamentos a partir de quatro metros quadrados podem ser encontrados em Roma, capital da Itália. Uma consequência da crise por moradia, juntamente com a questão financeira, na região.

Um projeto BioAppart, realizado pelo escritório francês Karawitz Architecture, é uma experiência bem-sucedida, com a otimização do espaço total de 18 metros quadrados na cidade de Paris, com valor de venda aproximado de R\$ 101 mil. O escritório atesta que tais apartamentos oferecem o máximo de conforto e respeito ao meio ambiente e à saúde dos moradores. Os materiais são ecológicos, com teto e paredes revestidos de verniz atóxico e móveis desenhados nas medidas necessárias.

Di Stefano Mariano é diretor-1º tesoureiro da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas



TOMANDO POSSE





Sindicalismo mostra força e maturidade

Rita Casaro

ACOMPANHANDO HÁ DÉCADAS a luta e a organização dos trabalhadores, o analista e consultor político João Guilherme Vargas Netto aponta o atual momento como bastante positivo para esse que é o principal movimento social brasileiro. Em entrevista, ele falou sobre as batalhas que têm sido travadas para se garantir avanços salariais e sociais. Vargas Netto destaca ainda o papel dos engenheiros e do conjunto da mão de obra qualificada que se organiza na CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) nessa empreitada.

Qual a conjuntura atual do movimento sindical?

A conjuntura econômica e social brasileira continua positiva, apesar das dificuldades lá fora. No País, a grande tarefa da sociedade, dos trabalhadores e do movimento sindical é fazer com que a crise não nos atinja e, ao enfrentarmos as pressões negativas eventualmente criadas por ela, conseguir introduzir elementos de projetos de médio e longo prazo. O movimento atravessa uma fase em que essa preocupação de enfrentar e criar alternativas mais duradouras começa a tomar pé. Uma primeira tarefa que foi bem resolvida e que ajuda de maneira extremamente forte o movimento a persistir é a vitória prática e ideológica no campo dos aumentos reais de salários. Além de conseguir o forte reajuste do mínimo, que tem peso quase incensurável na economia do trabalho no Brasil, manteve ganhos salariais reais fortes em todas as grandes categorias. Hoje, os adversários do salário estão com a viola no saco. Essa é uma fase boa, em que o movimento atua com seu caráter positivo.

Como está se dando o enfrentamento da crise?

O movimento sindical procura enfrentar aquilo que analisa como grandes desequilíbrios no quadro positivo. O primeiro que identifica é o juro alto, que provoca de maneira generalizada, exceto para o rentista, situações adversas aos interesses do crescimento econômico e do desenvolvimento social com distribuição de renda. O movimento tem se unido contra os juros altos e tem obtido, em concordância com a área econômica do governo, quedas continuadas da taxa selic, que ainda me-

recem ser aceleradas. Outra situação de desequilíbrio é a resistência de setores patronais a se adaptarem a tudo aquilo que chamamos de trabalho decente. Nesse aspecto, um grande exemplo é o esforço que foi feito pelo movimento sindical para regularizar e garantir os direitos dos trabalhadores nas grandes obras de construção civil. Há um ano, houve verdadeiras explosões sociais de milhares de trabalhadores. O movimento sindical, que num primeiro momento foi até surpreendido pela violência das manifestações, soube recuperar as suas posições e conseguiu junto ao governo e empresários o estabelecimento de protocolos que garantissem o respeito aos direitos desses operários. Vale destacar que isso tem se dado à base da resistência continuada nos setores em que há a tentação da exploração desenfreada. Outro desequilíbrio é o que, associado ao juro alto, põe em perigo o setor industrial. Esse tema é controverso. Temos no Brasil situações de desindustrialização setorialmente localizadas e outras em que há industrialização. No entanto, como fenômeno mais geral, a desindustrialização aponta numa direção negativa. Não adianta pensar no problema atual, é preciso encontrar alternativas para médio e longo prazo.

Isso demonstra que está mantida a unidade do movimento?

No esforço de enfrentar os juros, os destratos patronais e a desindustrialização, o movimento sindical tem, com inteligência, procurado reconstruir a sua dinâmica unitária, construída na Conclat (*Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em junho de 2010, em São Paulo*). Este ano teremos em São Paulo, na Praça Campos de Bagatelle, o 1º de maio que será o mais unificado possível. Concomitantemente, está programada uma série de manifestações em vários estados com o tema da luta contra a desindustrialização. Essas estão sendo organizadas de comum acordo com setores empresariais e devem ajudar também na reconstrução da unidade do movimento.

E como está a pauta trabalhista no Congresso Nacional?

Nesse aspecto, temos tido dificuldades. Os grandes temas, como redução da jornada, controle e eliminação da terceirização, fim do fator previdenciário não têm tido o desenvolvimento compatível com as necessidades do movimento.

Nesse quadro, qual é o papel do movimento sindical dos engenheiros?

Avulta o papel exigido do movimento sindical dos engenheiros. Isso por três razões fundantes. Em primeiro lugar, o movimento é maduro suficientemente para ter a sua estratégia própria. O grande exemplo nacional que nos orgulha é o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE (*Federação Nacional dos Engenheiros*). Depois, os engenheiros no Brasil são parte integrante do movimento sindical com naturalidade, as grandes negociações são também atributo da categoria, que tem relação com o conjunto do movimento. Por fim, há um elemento de necessidade. Por exemplo, como uma das formas de enfrentar a desindustrialização, foram criados conselhos de competitividade e comissões setoriais, que discutirão os temas específicos de diversas áreas e subáreas da economia. Que dirigente sindical, levando em conta a necessidade de constituição de 30 comissões, não exigirá a presença dos engenheiros nesse processo?

Isso vale para o conjunto dos profissionais ligados à CNTU?

O grande tema atraente é o Brasil Inteligente (*campanha lançada pela confederação em 2011*). Temos que enfrentar a crise com medidas de curto prazo e construir o longo prazo. Para tanto, há consenso sobre o que se chama de qualificação produtivista, que significa inovação, mas também formação, capacitação. Essas profissões da formulação, do pensamento estão todas convocadas e são participantes inegáveis de um processo como esse. Seja no momento curto prazo, quando se enfrenta a pisada no pé, seja no do planejamento do passo, o conjunto de pensamento, experiência e ação sindical dos profissionais de formação universitária é essencial.

Beatriz Arruda



Vargas Netto: “Os engenheiros no Brasil são parte integrante desse movimento.”

GARANTIR *qualificação* PARA TODOS

Soraya Misleh

“O BRASIL É O ÚNICO país com essa economia e dimensão que não tem uma legislação que patrocine o investimento em cérebros ao sistema produtivo.” Feita pelo diretor da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), Allen Habert, a ponderação aponta para uma demanda necessária: a formulação de uma política pública voltada à qualificação profissional para pessoal de nível superior. Tal programa de Estado contemplaria, conforme ele, mais de 10% da PEA (população economicamente ativa), num total superior a 10 milhões de cidadãos com formação universitária.

Como explicita Maria Rosa Abreu, professora da UnB (Universidade Estadual de Brasília), embora haja uma série de iniciativas nas instituições de ensino brasileiras, não existe um “programa nacional, integrado, articulado entre universidades, setor produtivo, centros de pesquisa, de qualificação e de recursos humanos”. Diante desse quadro, ela afirma: “Entendo ser necessário tratar de alta capacitação como algo estratégico, o que tem sido feito há muitas décadas no Japão, na Europa, nos Estados Unidos e especialmente na China.”

Essa visão tem norteado os debates junto à CNTU de uma nova lei a ser aprovada no Congresso Nacional que crie sistema nacional de qualificação profissional permanente. “O terceiro parágrafo do artigo 218 da Constituição Federal diz que o Estado apoiará aqueles que investirem nos seus recursos humanos. No entanto, desde 1988 (*quando foi promulgada*), não houve nenhum subsídio para tanto”, destaca Habert. José Roberto Cardoso, diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) e coordenador do Conselho Tecnológico do SEESP, salienta que a medida é importante, sobretudo diante do “avanço rápido do conhecimento”. O que faz com que o “en-

genheiro não possa ficar mais do que um ano sem voltar para os bancos escolares”.

Para Abreu, é fundamental a discussão com diversos atores da sociedade sobre política integrada de capacitação que se articule com a de competitividade do País e leve em consideração as demandas atuais, como a de preparação da mão de obra para a economia verde. De acordo com o diretor da CNTU, a ideia da confederação é realizar uma série de seminários no segundo semestre deste ano com a presença das partes envolvidas. A partir daí, formatar uma minuta de legislação sobre o tema e, em 2013, lutar pela aprovação no Parlamento do projeto que venha a ser definido.

Pontos para reflexão

Para a professora da UnB, a proposta precisa levar em conta formação mediante o uso de toda a tecnologia de informação disponível. Desse modo, será possível, em um mundo cada vez mais conectado globalmente, não apenas a capacitação *online*, em tempo real, mas a interação com colegas de outros países. Ela defende que a política pública a ser pensada seja transversal a diversas áreas, com a participação de diversos ministérios.

Algumas experiências podem ajudar nas discussões sobre a nova norma federal, indica Habert. Entre elas, a iniciativa paulista de aprovação da Lei nº 8.029/1992, que institui programa permanente de desenvolvimento profissional e reciclagem tecnológica no âmbito da educação continuada para profissionais das áreas tecnológicas dos quadros da administração direta e indireta do Estado. Tal define no mínimo seis dias úteis por ano para atividades relativas à capacitação desse pessoal, sem prejuízo de suas remunerações. Um ano antes, numa ação pioneira, o SEESP firmou acordo coletivo de trabalho com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) que assegurou 12 dias por ano à reciclagem. Além desses exemplos, na ótica de Habert, pode fundamentar os debates e fortalecer a proposta o fato de o País ser signatário da Convenção 140 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Como explica ele, tal garante a todo trabalhador o direito de requalificação durante sua jornada laboral, sem ônus em seus rendi-

mentos. Além disso, diz, “vamos nos debruçar sobre as experiências internacionais, para economizar tempo e dinheiro”.

A minuta a ser formatada, na opinião dele, poderia seguir a linha de definição de uma quantidade de dias por ano para a capacitação profissional. O recurso viria do Orçamento Geral da União e de fundos setoriais estaduais. Para Cardoso, o ideal é que sejam cursos de pós-graduação, de preferência de longa duração, previstos em planos de carreira.

Na visão de Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a política pública poderia orientar e fiscalizar iniciativas já existentes. Ele observa que três pontos precisam estar presentes nesse programa. O primeiro é que a educação continuada seja voltada, nesse caso, ao mercado e não à academia; o segundo é que garanta o contato do profissional com o ambiente de trabalho; e o terceiro, que funcione como formação complementar.

Habert destaca que a campanha Brasil Inteligente, lançada pela CNTU, foca também nisso. Pensando em dar sua contribuição, o SEESP criou no ano passado o Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia). Coordenador do seu Conselho de Administração, Antonio Octaviano conta que “entre as atividades previstas está a educação continuada e cursos *lato sensu*”, em especial voltados à inovação. Ele conclui: “Essa formulação pela CNTU vai ao encontro do que o mundo hoje pratica e ao projeto pedagógico do Isitec.” Em maio ou junho, o instituto deve inaugurar sua grade nesse campo, com os cursos abertos de patentes e saneamento, ambos programas presenciais de curta duração (60 horas cada).

Brasil precisa de um programa nacional que assegure capacitação dos profissionais com formação superior.





Projeto cria “estado de exceção” durante Copa de 2014

Rosângela Ribeiro

“É ASSEGURADO O DIREITO de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”, é o que assegura o artigo 1º da Lei nº 7.783/89, que regula a paralisação em serviços essenciais no Brasil. No entanto, o preceito pode virar cinzas caso seja aprovado o Projeto de Lei nº 728, apresentado em 2011 e de iniciativa do atual ministro da Pesca e da Aquicultura, o senador Marcelo Crivella (PR-RJ), com co-autoria dos seus colegas parlamentares Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA). O PL define quais crimes e infrações podem colocar em risco a segurança da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Entre esses, a suspensão das atividades em setores considerados essenciais aos eventos.

Antônio Augusto Queiroz, do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), afirma que o projeto, sob o pretexto de evitar sabotagem aos eventos esportivos da Fifa (Federação Internacional de Futebol), criminaliza qualquer movimento grevista no período. “Nem a ditadura militar ousou tanto. É um verdadeiro absurdo”, critica.

Ele destaca que, basicamente, o projeto tem dois itens bastante nocivos aos direitos dos trabalhadores: a proibição do direito de greve e as penas por descumprimento da lei. No primeiro caso, são vetadas paralisações e manifestações em todos os setores urbanos, incluindo serviços de água e energia, assistência médica e hospitalar, coleta de lixo, telecomunicações, operações de portos e aeroportos, todos os serviços bancários, judicial e de segurança pública e até a construção civil.

Além da obrigatoriedade de comunicar a paralisação com 15 dias de antecedência (a lei vigente determina 72 horas), 70% da mão de obra terá de se manter em atividade.

Atualmente, tal decisão é prerrogativa dos trabalhadores em negociação com as empresas (veja no quadro comparação entre o que vale hoje e a proposta de Crivella).

“As penas por descumprimento da lei são próprias de estado de exceção, podem variar de um a 30 anos. É um delírio completo”, desaba-

fa o assessor do Diap. Para ele, a aprovação do projeto significará a cassação do direito constitucional de o sindicato representar e defender os interesses e direitos dos trabalhadores. Por isso mesmo, dúvida que isso venha a se confirmar. “Os parlamentares não estão levando isso a sério. É uma verdadeira aberração.”

Como pode ficar a Lei de Greve

Lei 7.783/89	Projeto de Lei 728/11
<p>Serviços ou atividades de especial interesse social:</p> <p>I – tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;</p> <p>II – assistência médica e hospitalar;</p> <p>III – distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;</p> <p>IV – funerários;</p> <p>V – transporte coletivo;</p> <p>VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;</p> <p>VII – telecomunicações;</p> <p>VIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;</p> <p>IX – processamento de dados ligados a serviços essenciais;</p> <p>X – controle de tráfego aéreo;</p> <p>XI – compensação bancária.</p>	<p>Serviços ou atividades de especial interesse social:</p> <p>I – tratamento e abastecimento de água;</p> <p>II – produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;</p> <p>III – assistência médica e hospitalar;</p> <p>IV – distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;</p> <p>V – operação, manutenção e vigilância de atividades de transporte coletivo;</p> <p>VI – coleta, captação e tratamento de esgoto e lixo;</p> <p>VII – telecomunicações;</p> <p>VIII – controle de tráfego aéreo;</p> <p>IX – operação, manutenção e vigilância de portos e aeroportos;</p> <p>X – serviços bancários;</p> <p>XI – hotelaria, hospitalidade e serviços similares;</p> <p>XII – construção civil, no que se refere a obras destinadas aos eventos de que trata esta lei ou de mobilidade urbana;</p> <p>XIII – judicial e de segurança pública, observada a vedação constante do art. 142, IV, da Constituição Federal.</p>
<p>Ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.</p>	<p>Havendo deliberação da categoria no sentido de paralisação: notificação da entidade patronal, empregados e usuários com antecedência de 15 dias.</p>
<p>Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.</p>	<p>Obrigatoriedade de, durante a greve, nos serviços ou atividades de especial interesse social, manter a prestação dos serviços de no mínimo 70% da força de trabalho, garantindo o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e da organização dos eventos.</p>
<p>Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas...</p>	<p>Poder público pode contratar servidores substitutos em número suficiente para o atendimento das necessidades inadiáveis da população e dos serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável...</p>
<p>Art. 8º. A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.</p>	<p>Justiça do Trabalho conferirá prioridade ao processamento e julgamento dos dissídios envolvendo os serviços ou atividades de interesse social, publicando de imediato o acórdão.</p>

Fonte: Assessoria Jurídica do SEESP

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. Alto Tietê: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidasacruz@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3251-8455 / 4220 / 3368-0204 – Fax: (19) 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjse@hotmail.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

Novidade

Opus PHD com descontos

Aulas de inglês e espanhol, traduções e cursos e *workshops* para desenvolvimento de competências nas áreas de novas tecnologias em comunicação e *marketing* digital estão entre os serviços realizados pela Opus PHD. As aulas são particulares ou em grupo de até três alunos. Oferece garantia de aprendizado na empresa, escritório, consultório,

residência ou na sua sede na Avenida Paulista, 726, 17º andar, conjunto 1.707, Bela Vista, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3441-7932 e 3522-3306, *e-mail* cristina@opusphd.com e no *site* www.opusphd.com. Descontos de 30% nas aulas, 15% nas traduções e 20% nos cursos e oficinas.

Psicoterapia em Marília e Vila Mariana

Heloisa Helena Sornas Teixeira e Ana Cláudia Manzon oferecem aos associados e dependentes tratamento psicológico com abordagem psicanalítica para crianças, adolescentes, adultos, idosos e dependentes químicos na Psicoclínica Marília. Atendimento nessa cidade na Rua São Luiz, 201, Centro. Mais informações pelo telefone (14) 3221-1300 e *e-mail* psicoclinica-marilia@live.com. Desconto de 50%.

A opção na Capital é a Transformare Psicologia. Atende individualmente

crianças, adolescentes, adultos e idosos, em demandas gerais e específicas, tais como depressão, estresse, transtornos de ansiedade diversos (generalizada, de estresse agudo e de pânico e fobias específicas). O consultório localiza-se na Rua Vergueiro, 3.086, conjunto 71, Vila Mariana. Mais informações pelos telefones (11) 5487-2080 e 4115-7405, *e-mail* contato@transformarepsicologia.com e no *site* www.transformarepsicologia.com. Desconto de 30% por sessão.

Espaço Acqua na Vila Clementino

Massagens, banhos de ofurô, avaliação nutricional, estética facial, corporal e capilar estão entre os serviços realizados no Espaço Acqua. Também possibilita tratamentos de celulite, flacidez, gordura localizada, estria, bem como para redução de medidas, marcas de expressão, queda de cabelo, estresse, ansiedade, insônia e outros por meio de equipe multidisciplinar. Ainda vende cosméticos de várias marcas. Fica na Rua José de Magalhães, 658, Vila Clementino. Mais informações pelo telefone (11) 3459-7000, *e-mail* contato@espacoacqua.com.br e no *site* www.espacoacqua.com.br. Desconto para associados de 10% em qualquer tratamento e produtos (exceto nas tarifas promocionais).

Simplan em Campinas e Guarulhos

Os filiados e seus dependentes contam com mais duas unidades da Simplan Implante. Uma em Campinas: Avenida Júlio de Mesquita, 726, telefone (19) 3254-0782; outra em Guarulhos: Avenida Paulo Faccini, 930, Jardim Barbosa, telefone (11) 2087-1777. Mais informações no *site* www.simplanimplante.com.br. Desconto de 10% e pagamento em condições especiais.

Convênios

Clínica médica em Osasco

Tratamento fisioterápico em dermatologia funcional (facial e corporal), neurologia para criança e adulto, ortopedia e traumatologia, RPG, acupuntura e outros estão entre os serviços realizados pela ChizzoClin Fisioterapia e Reabilitação. A clínica situa-se na Avenida Santo Antônio, 785, Osasco. Mais informações pelo telefone (11) 3685-1624, *e-mails* contato@chizzoclin.com.br, chizzoclin@uol.com.br e no *site* www.chizzoclin.com.br. Desconto de 15%.

Agência de Turismo

• Rota dos Ventos – Rua Loefgreen, 1.291, conjuntos 13 e 14, Vila Clementino, na Capital. Informações pelo telefone (11) 5081-6166, info@rotadosventos.com.br e no www.rotadosventos.com.br. Desconto de 4% nos pacotes fretados.

Hotéis

• Carlton Plaza Palace Hotel – Diária com café da manhã. Pça. Doutor Pedro Sanches, s/nº, Centro, Poços de Caldas/MG. Informações pelos telefones (35) 3722-3636/1922, *e-mail* sandro.teixeira@carltonhoteis.com.br

e no *site* www.carltonhoteis.com.br. Descontos de 10% e 15%.

• Chateau Montpellier Flat – Rua Cantídio Pereira de Castro, 200, Vila Everest, Campos de Jordão/SP. Informações pelo *e-mail* reservas@flatscamposdojordao.com.br e www.flatscamposdojordao.com.br. (11) 2914-8083 e 2591-0537. Desconto de 10%.

• Hotel Fazenda Vale Verde – Diária com pensão completa. Estrada Taperas, km 2, Taperas, Estiva/MG. Informações pelos telefones (11) 2906-0427, 6063-4259 e (35) 3799-0547, *e-mail* reservas@hfvaleverde.com.br e no *site* www.hfvaleverde.com.br. Desconto de 10%.

• Hotel Lagoinha – Diária com café da manhã. R. Amazonas, 25, Praia Lagoinha, Ubatuba/SP. Informações pelo telefone (12) 3843-1316, reservas@hotellagoinha.com.br e no *site* www.hotellagoinha.com.br. Desconto de 10% (de março a novembro) e 5% (de dezembro a fevereiro).

• Itapetinga Plaza Hotel – Diária com café da manhã. Rua Otávio Passos, 85, Alvinópolis, Atibaia/SP. Informações pelo telefone (11) 4411-4249, itapetingaplazahotel@terra.com.br e www.itapetingaplazahotel.com.br. Desconto de 10%.

• Jacumã's Lodge Hotel (litoral sul da Paraíba). Diária com café da manhã completo. Avenida Beira Mar, s/nº, Praia de Jacumã, Conde/PB. Informações pelos telefones (83) 3290-1977/1813, reservas@jacuma.tur.br, www.jacuma.tur.br e www.jacuma.com. Desconto de 15%.

Pousadas

• Pousada Narinari – Diária com café da manhã. Rua Codorna, 161, Praia das Bombas, Bombinhas/SC. Informações pelo tel. (47) 3369-1007, contato@pousadanarinari.com.br e no *site* www.narinari.com.br. Desconto de 10%.

• Pousada Villa Mantiqueira. Diária com café da manhã. Estrada do Machadinho, km 4,2, Machadinho, Santo Antônio do Pinhal/SP. Informações pelo telefone (12) 3666-2425, contato@pousadavillamantiqueira.com.br e no *site* www.villamantiqueira.com.br. Desconto de 18% (exceto nos feriados).



Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Pelo fim do desconto do IR sobre a PLR



Paula Bonolini

Murilo Pinheiro (ao centro) participa de encontro em Brasília sobre o tema.

Como parte das ações para assegurar essa conquista, o movimento sindical levou o pleito a Brasília em 14 de março e obteve uma primeira vitória: conseguiu que o relator da Medida Provisória 556 – que altera o plano de previdência dos servidores públicos –, o deputado federal Jerônimo Goergen (PP-RS), aceitasse emendas à MP que isentam os trabalhadores da iniciativa privada do pagamento de imposto de renda sobre PLR (participação nos lucros e resultados), abonos salariais e adicional de 1/3 sobre as férias. Tais emendas foram apresentadas pelos parlamentares Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Vicentinho (PT-SP). O

presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, participou do encontro representando a FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) e a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

Os sindicalistas tiveram ainda no dia 14 audiência com a presidente Dilma Rousseff. Na pauta, reivindicações como redução de juro e da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário e regulamentação da terceirização. Essas iniciativas integram calendário de mobilizações discutido em reunião que ocorreu em São Paulo no dia anterior, na qual Pinheiro também esteve presente.

A Copa 2014 e o desenvolvimento

Dando continuidade à atual fase do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado em 2006 pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) com a adesão do SEESP e demais sindicatos filiados àquela entidade –, ocorrerá em 30 de março, das 9h às 17h, em Manaus/AM, o seminário “O mundial e o desenvolvimento”. O evento é promovido pela FNE, Crea-AM (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Manaus), Senge-AM (Sindicato dos Engenhei-

ros no Amazonas) e Ministério do Esporte e conta com o apoio dos governos locais, entre outros. Integra a iniciativa de se colocar em discussão as exigências para a preparação e a realização da Copa 2014 no Brasil, bem como as demandas sociais e regionais e o legado ao País após a competição. Na abertura, incluirá assinatura de termo de cooperação técnica entre a federação e o Ministério do Esporte. Informações e inscrições pelo telefone (92) 3622-1103 e e-mail senge-am@bol.com.br.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão de carteira de trabalho, via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, conta com o Programa Engenheiro Completo, que propicia treinamentos diversos, mediante parcerias. E permite a divulgação de portfólio e projetos/serviços

por intermédio do Engenheiro Online (<http://www.engenheiroonline.com.br>).

Oportunidades

Outro serviço é o cadastramento de currículos e vagas. Segundo levantamento feito até dia 14 de março, atualmente há 75 vagas, sendo 29 para engenheiros, 39 para estudantes e sete para docentes. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Ao Profissional – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

Data-base em 1º de maio

Cetesb, SPTrans, CET, Dersa e Metrô – No período de 14 a 27 de março estavam agendadas as assembleias gerais extraordinárias de abertura das campanhas salariais de 2012 dos engenheiros da Cetesb (14 e 16), SPTrans (20), CET (21), Dersa (23) e Metrô (27).

Sabesp – Os engenheiros da Sabesp aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária no dia 6 de março sua pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2012. Destacam-se: reajuste correspondente à variação integral do maior dentre os seguintes índices inflacionários acumulados no ano; estabilidade no emprego; PLR; correção da curva salarial dos profissionais da categoria; reposição das perdas; ganho real proporcional ao acréscimo dos lucros;

avaliação de desempenho; isonomia salarial entre todas as unidades de negócios da empresa; re-colocação na carreira para engenheiros em desvio de função.

CDHU – Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro último, os engenheiros da CDHU aprovaram sua pauta de reivindicações para as negociações com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013. Na oportunidade, em conjunto com os demais sindicatos representantes dos trabalhadores da companhia, foram deliberados como prioritários os itens: Plano de Cargos e Salários, piso da categoria, PPR (Programa de Participação nos Resultados) e assistência médica e odontológica.

PÓS-GRADUAÇÃO
PITÁGORAS
Faça por você



www.voceespecialista.com.br

Cursos:

- MBA em Gestão de Projetos;
- MBA em Gestão de Pessoas;
- MBA em Logística;
- MBA em Auditoria e Controladoria;
- Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.

Consulte os demais cursos no site www.voceespecialista.com.br

Matricule-se JÁ:
(11) 2136 7045
(11) 2136 7029
(11) 2136 7017

Rua São Bento, 41, Centro – Jundiaí / SP